

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Lisandro Frigério – Representante Titular

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Mário Roberto Crevatin – Representante Suplente

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

Elia Albuquerque Rocha – Representante Titular

4. SP/JÁ – SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Indalécia Sergia Almeida B. Escudeiro – Representante Suplente

5. APEOP – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS

Antonio Marcos Dória Vieira – Representante Titular

6. IAB – INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

Eduardo A. de Paula Souza e Guimarães – Representante Titular

7. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Robin Hlavinicka – Representante Titular

Cibele Martins Sampaio – Representante Suplente

8. SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

Eduardo Della Manna – Representante Suplente

9. ASSOSSIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

10. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Gerôncio Henrique Neto – Representante Titular

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO – SP. URBANISMO – DGF

FÁBIO TEIZO – SP. URBANISMO – CHG

VLADIMIR AVILA – SP URBANISMO DGF/GOU

ROSA MARIA MIRALDO – SP URBANISMO-DDF

MARIA DE FÁTIMA DO N. NIY – DGF/GOU

GUSTAVO PARTEZANI – DDG

TEREZA B.R. HERLING – SMDU

LUIZ FERNANDO – SEHAB/HABI-CENTRO

THIAGO BARBIZAN – SEHAB/HABI –G

REGINA MONTEIRO – MDSP – Cons.Consultiva

JOSÉ ORLANDO GLADINI – AMEA

PAULO SÉRGIO G. CARVALHO – AMEA

JOSÉ WILLIANS DINIZ – SUBPREFEITURA JABAQUARA

No dia 26 de Março de 2013, no auditório do 18º andar do Prédio Martinelli, às 15h30min, após verificação de quórum regimental, **Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho**, Diretor de Gestão e Finanças da SP Urbanismo, iniciou a reunião as 15:25hs, apresentando-se e informando que foi enviada carta às secretarias e entidades participantes do Grupo Gestor para indicação de novos membros ou ratificação dos nomes atuais para composição do conselho, entretanto algumas indicações ainda não foram confirmadas e, por esse motivo, não foi possível publicar a Portaria de Nomeação. Esclarece que os representantes da SP Urbanismo, Rubens Chammas e Domingos Pires de Oliveira Dias Neto, coordenadores das reuniões, deixaram a Administração Municipal, e por esse motivo propõe a indicação do representante da SMDU, Lisandro Frigério, como coordenador “ad hoc” para a presente reunião. A proposta foi aprovada por todos os presentes,

na seqüência passou a palavra para o Arq. Gustavo Partezani, Diretor de Desenvolvimento e Intervenções Urbanas da São Paulo Urbanismo, recém-nomeado.

Gustavo Partezani apresentou-se informando que representava neste ato o Secretario Municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello Franco, que não poderia comparecer à reunião em virtude de outros compromissos. Destacou, na seqüência o caráter participativo e deliberativo que se espera do Grupo Gestor na atual gestão administrativa. Ressaltou que, em face da nomeação de novos membros entendia como necessário convocar reunião extraordinária no mês de abril para que os novos representantes tomem ciência dos projetos e encaminhamentos que devem ser tomados. Colocou-se à disposição para possíveis questionamentos e informou que acompanhará, na medida do possível, os trabalhos do Grupo Gestor.

1. Expediente

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, coloca em votação a Ata da 28ª reunião ordinária com a inclusão sugerida pelo representante do Movimento Defesa São Paulo, Robin Hlavnicka referente a quantidade insuficiente de CEPACs para cobrir as despesas com todas as obras previstas no programa da lei 13.260/01 e a possibilidade de utilização de recursos do Tesouro Municipal para sua efetivação.

2. Ordem do Dia

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho, passou a palavra para **Rosa Maria Miraldo** para que fossem atualizadas as informações relativas aos aspectos financeiros, CEPACs, estoques de potencial adicional de construção, propostas apresentadas, entradas e gastos realizados, e o andamento das obras e intervenções.

Robin Lavnicka coloca que os recursos para execução total do programa de obras deveria vir dos Cepacs e não do Tesouro Municipal. Acrescenta que as obras executadas até o presente momento, não contemplaram os bairros lindeiros a Av. Jornalista Roberto Marinho. Diversos empreendimentos imobiliários foram autorizados, fazendo os bairros explodirem, sem a necessária compensação em obras de preservação dos bairros existentes. As vias locais da Av. Jornalista Roberto Marinho estão “sub júdice”. A CET tem uma posição, e a comunidade local tem outra. A situação de dois anos atrás não se modificou. É preciso mitigar o impacto causado pelos grandes empreendimentos aprovados. O Grupo Pão de Açúcar, por exemplo, quer implantar uma de suas lojas com acesso pela Rua Guaraiuva. O volume de gastos com as obras no setor Jabaquara vai aumentando e a situação no Campo Belo permanece a mesma. A Companhia do Metrô igualmente vai avançando com a obra e desconsidera os bairros lindeiros.

Rosa Maria Miraldo esclarece que a integração das intervenções propostas pela Cia do Metrô com aquelas no âmbito da OU Água Espraiada vêm acontecendo (há vários anos) desde o início de ambos os projetos. Neste momento a Cia do Metrô está concluindo seus projetos que foram compatibilizados com o projeto das vias locais do setor Brooklin e com as exigências da CET; destacando que os ajustes ainda necessários têm sido discutidos, e que a troca de informações é regular.

Robin Hlavnicka.

Coloca que, atualmente, a Rua Joaquim Nabuco esta tomada por veículos em função das obras do Metrô. A comunidade lutou muito para que não houvesse verticalização, entretanto cerca de sessenta edifícios enormes foram autorizados e estão em construção; o plano da operação urbana não previu soluções para a saída e entrada de veículos do bairro.

Marcos Doria

Esclarece que não há proibição para utilização de recursos do Tesouro para execução das obras da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e tampouco da Operação Urbana Consorciada Faria Lima. Os CEPACS vieram para agregar valores privados ao investimento público. Acrescenta que, de fato, não foi executada nenhuma obra de proteção aos bairros, nos últimos oito anos, no mesmo período em que foram arrecadados muitos recursos. As empreiteiras não executaram obras e a população não foi beneficiada em nada. Destaca a necessidade de se cumprir com mais rigor o plano de obras previsto na lei 13.260/01.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho responde que as operações urbanas têm como princípio não utilizar recursos públicos para execução das obras do programa, mas nada impede que, em caso de necessidade, eles venham a ser utilizados para concluir as obras necessárias. Destaca que não houve paralisação no andamento das obras e intervenções, a nova Administração está tomando conhecimento de detalhes dos projetos, que estão sendo apresentados aos Secretários Municipais e ao próprio Prefeito. Acrescenta que os membros do Grupo Gestor conhecem detalhadamente os projetos porque já foram apresentados e vêm sendo acompanhados regularmente em seu andamento, porém quem esta assumindo a Administração ainda não teve tempo de conhecer todos os detalhes.

Gustavo Partezani mais uma vez reforçou o papel consultivo e deliberativo esperado do Conselho Gestor, como órgão orientador da Administração Municipal na tomada de decisões.

Robin Hlavnicka coloca que neste último ano e meio de negociação sobre as vias locais da Av. Jornalista Roberto Marinho, no setor Brooklin não conseguiu da SP Urbanismo nenhuma planta dos estudos realizados para apresentar a população moradora dos bairros.

Rosa Maria Miraldo esclarece que não era possível disponibilizar os estudos por que o Secretario de Desenvolvimento Urbano à época, entendeu que, não havendo consenso sobre o projeto, o mesmo não estava concluído e portanto não poderia ser divulgado.

Robin Hlavnicka contrapõe que não havia necessidade dos estudos estarem concluídos, mas que era necessário mostrar um documento oficial a comunidade mostrando a evolução dos estudos.

Elia Albuquerque Rocha acrescenta que não era possível fornecer cópia de um projeto que não estava concluído. Estava ainda sendo elaborado com a participação da Cia do Metrô e com os representantes das comunidades locais e, portanto não poderia ainda ser divulgado.

Robin Hlavnicka questiona que apenas o estágio de desenvolvimento dos estudos poderia ter sido apresentado a população para amadurecimento das questões envolvidas.

Elia Albuquerque Rocha responde que os estudos foram apresentados e justificados tecnicamente aos representantes da comunidade, mas que não tendo havido concordância, não seria prudente divulga-los.

Gustavo Partezani, mais uma vez destaca o papel deliberativo do Grupo Gestor e ressalta a necessidade de construir uma convergência entre as diversas tendências, tentando olhar para frente, na busca de um posicionamento que seja o mais adequado para os interesses da cidade.

Geroncio Henrique Neto informa que havia feito uma reclamação sobre os dizeres do representante de SEHAB/HABI – Alonso Lopes, segundo seu entendimento não cabe ao Fórum de Lideranças, nem à SEHAB e nem ao Grupo Gestor deliberar qualquer questão relacionada ao Jardim Edite, uma vez que o assunto está sendo tratado pela Justiça. Cabe ao Juiz decidir inclusive sobre a forma de ocupação das unidades produzidas. Reitera que representa a comunidade e que todo o processo de ocupação esta sendo tratado pelo Judiciário.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho esclarece que o texto contido na ata representa exatamente o que foi dito pelo representante de SEHAB/HABI, portanto feito o registro na ata da 29ª reunião não haveria porque mudar o texto da ata da 28ª. Reiterou que, de fato, no caso do Jardim Edite quem vai determinar todos os procedimentos futuros será o Judiciário, não cabendo portanto, qualquer discussão do Grupo Gestor.

Rosa Maria Miraldo passou a apresentar os informes financeiros incluindo o consumo de CEPACs.

Marcos Doria solicita maiores esclarecimentos sobre valores destinados a Companhia do Metrô.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho informa que os valores destinados e já efetivamente repassados ao Metrô foram em cumprimento de Convênio firmado entre as partes, cujos valores constam do Quadro publicado e atualizado regularmente no site da SP urbanismo.

Marcos Doria coloca que embora a Cia. do Metrô receba recursos significativos de CEPACs gerados pela Operação Urbana, pouco tem se importado com o plano urbanístico e que tampouco respeita as diretrizes e condicionantes da operação urbana.

Rosa Maria Miraldo esclarece que a Cia. do Metrô, por meio de seus técnicos, tem participado ativamente das discussões relacionadas às intervenções previstas e em execução no âmbito da Operação Urbana e que, de alguma forma, interferiram com a implantação do Monotrilho. Todas as interferências levantadas entre as obras do Monotrilho e as obras da Operação Urbana têm sido discutidas e a Cia do Metrô tem feito, na medida do possível, as alterações solicitadas. Foi também encaminhada a Cia do Metrô uma planta com a demarcação de todos os imóveis que aderiram a Operação Urbana e que já vincularam CEPACs, para orientar as desapropriações.

Marcos Doria reitera que a Cia Metrô não cumpre o que a Prefeitura determina porque isso interfere em seu cronograma de obras. Assim eles atropelam as intervenções previstas..

Robin Hlavnicka pergunta se a Cia Metrô não recebe também verbas do Governo Federal?

Rosa Maria Miraldo responde que as fontes orçamentárias para execução das obras do Metrô têm diversas origens e que recursos federais certamente é uma delas.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho complementa informando que as verbas municipais originadas pela venda de CEPACs da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada fazem parte de um convênio firmado entre a Cia do Metrô e a Prefeitura, visando melhorias no transporte público.

Robin Hlavnicka questiona que são cerca de R\$300 milhões repassados a Cia do Metrô que poderiam estar sendo utilizados para execução de outros projetos e obras de maior interesse da população local e da própria Operação Urbana.

Rosa Maria Miraldo responde que os investimentos em transporte público, além de necessários para a população local e para o restante da cidade, são legítimos pois fazem parte das exigências da LAP – Licença Ambiental Prévia da Operação Urbana

Robin Hlavnicka acrescenta que embora o transporte público seja necessário e importante, não havia necessidade de executar aquele modal, cujos pilares tem 18,00m de altura e ferem a paisagem.

Rosa Maria Miraldo relembra que os técnicos da Cia do Metrô haviam apresentado o projeto do Monotrilho anteriormente e que o mesmo contou com a anuência do Grupo Gestor.

Eduardo Della Manna coloca que o que causa espécie aos conselheiros é que ninguém tem noção clara do montante de recursos que serão gastos em HIS, em Transportes Públicos, nas obras de prolongamento da Av.Chucri Zaidan e das vias locais do setor Brooklin.

Rosa Maria Miraldo esclarece que na 23ª Reunião Ordinária esses valores foram apresentados ao Grupo Gestor.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho acrescenta que o Suplemento da quarta distribuição, apresenta o montante de recursos arrecadados e quanto será gasto em cada intervenção. É um documento público que também já foi apresentado ao Grupo Gestor.

Robin Hlavnicka pergunta quando houve anuência do Grupo Gestor para investimento nas obras do Metrô.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho responde que na 23ª reunião o Grupo Gestor deu sua anuência para prosseguimento dos projetos e obras, mas que a anuência para investir os recursos arrecadados no item transporte coletivo foi dada por ocasião da 13ª Reunião Ordinária.

Robin Hlavnicka destaca que o projeto apresentado pelo Eng. Ivan da Cia Metro ao Grupo Gestor não é o mesmo que esta sendo executado hoje. Acrescenta que os técnicos da CET devem estar ficando malucos para compatibilizar as alterações desse projeto com as vias lindeiras e travessias necessárias.

Rosa Maria Miraldo propõe que o Grupo Gestor solicite esclarecimentos a Cia do Metrô sobre as divergências apontadas e possivelmente a reapresentação do projeto.

Marcos Doria coloca que quem aporta recursos deve ser informado sobre tudo que está acontecendo, além das modificações necessárias.

Robin Hlavnicka acrescenta que não basta apenas apresentar os esclarecimentos, a Cia do Metrô precisa estabelecer uma sinergia com a CET, com SP Urbanismo, de forma que todas as intervenções sejam coordenadas e compatibilizadas.

Rosa Maria Miraldo informa que os técnicos da CET, SP Urbanismo e da Cia do Metro participaram de várias reuniões conjuntas cujo intuito era compatibilizar os projetos em andamento da OUC Água Espraiada e os da Linha 17 Ouro Monotrilho e Linha 5 Lilás dentro do perímetro da

referida operação urbana. A Arq. Elia Albuquerque da CET confirma as informações da Arq. Rosa Miraldo

Rosa Maria Miraldo passa a apresentar a evolução do consumo de CEPACs, informando que Decreto 53.364/2012 disciplina todos os procedimentos relacionados à aprovação de propostas de adesão à Operação Urbana, além de incluir a possibilidade de desvinculação em casos específicos previstos no decreto, que permitem ao interessado reaver os CEPACs gravados a maior.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho acrescenta que foi comunicado ao Mercado, atendendo solicitação do SECOVI, a previsão de consumo dos Estoques e os CEPACs disponíveis. Essas informações estão publicadas no site da SP urbanismo.

Cibele Sampaio pergunta se o Decreto Regulamentador revogou o dispositivo que permitia aos empreendimentos com frente na Av. Jornalista Roberto Marinho terem acesso por ela enquanto não fossem implantadas as vias locais do setor Brooklin?

Robin Hlavnicka pergunta quem comunica as não conformidades das propostas de adesão com a Lei de Operação aos empreendedores.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho informa que a SP Urbanismo apenas realiza a vinculação de CEPACs. O licenciamento da edificação é competência da SEHAB que comunica aos interessados as possíveis não conformidades edilícias;

Tereza Herling acrescenta que o Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada a ser constituído por portaria terá representante da Secretaria de Licenciamento e que as questões relacionadas ao licenciamento poderão ser encaminhadas ao representante.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho Destaca que com relação a prioridade no consumo de estoques, quem primeiro protocolar o pedido de vinculação terá prioridade na utilização dos estoques.

Rosa Maria Miraldo passa a discorrer sobre Habitação de Interesse Social e, referindo-se ao Jardim Edite, solicita ao Eng. Luiz Fernando Facchini de HABI que apresente as informações.

Luiz Fernando Facchini coloca que as primeiras 92 unidades já foram entregues e que a próxima entrega deverá acontecer em maio de 2013.

Indalecia Sergia Escudeiro questiona que para adequação ao Estatuto da Cidade os projetos das HIS deveriam prever atividade de comércio no pavimento térreo, além de equipamentos comunitários. Ressalta que, se assim não fosse, o BIRD não financiaria as unidades. Questiona se já houve algum progresso nesse sentido.

Thiago Soares Barbizan informa que no setor Jabaquara parte dos projetos contratados para execução dos empreendimentos prevê uso misto, com comércio no pavimento térreo, porém em algumas áreas a CETESB não autorizou instalação de comércio.

Indalecia Sergia Escudeiro questiona se não seria possível prever uma parcela dos terrenos, cerca de 50% da área permeável, para implantação de horta comunitária.

Luiz Fernando Facchini informa que no Jardim Edite todo o pavimento térreo é de uso institucional, no segundo andar está localizada a área condominial e os apartamentos estarão localizados do segundo pavimento para cima.

José Orlando Gladini questiona se nos 42 conjuntos que deverão ser implantados no Jabaquara haverá creche

Luiz Fernando Facchini responde que quem analisa a demanda por vagas em creches é a Secretaria da Educação, esclarece, entretanto que a população já é moradora da região, está sendo apenas relocada, portanto cabe a Secretaria da Educação avaliar a necessidade de complementação, se houver.

Indalecia Sergia Escudeiro destaca o interesse do Governo de Estado em implantar cursos profissionalizantes e se SEHAB/ HABI não poderia prever em um dos conjuntos um equipamento do porte de uma ETEC, por exemplo.

Rosa Maria Miraldo informa que preliminarmente será necessário analisar a demanda efetiva e a área necessária para implantar esse tipo de equipamento. Sugere que a representante envie essa solicitação por e mail, para que SEHAB/Habi possa verificar nos cadastramentos realizados a efetiva demanda pela escola técnica, assim como obter do Governo do Estado um programa de necessidades para implantação da escola.

Luiz Fernando Facchini Informa que HABI tem avaliado essa e outras demandas da comunidade e que, até o presente momento, o maior problema é definir quem faz a gestão dos equipamentos. Esclarece que muitas entidades querem implantar equipamentos e serviços comunitários de interesse da população, mas que, na maior parte dos casos não é competência da Secretaria da Habitação deliberar sobre a instalação da atividade. As tratativas para viabilizar os recursos costumam ser bastante longas, além de outras providências que deverão ser adotadas. Quando é identificada a necessidade de creches ou outros equipamentos é necessário também que uma instância superior defina qual será a prioridade.

Marcos Dória questiona se a população beneficiada pelas unidades de HIS pagam algum financiamento

Luis Fernando Facchini responde que os mutuários pagam 17% do salário mínimo.

Marcos Dória questiona se será concedido título de propriedade após o término do financiamento.

Luiz Fernando Facchini responde que sim.

Marcos Doria coloca que os terrenos ainda pertencem ao DER e que não houve transmissão para a Prefeitura e não podendo haver desapropriação, então como poderá ser concedido o título de propriedade.

Luis Fernando Facchini responde que esse não é um processo simples, mas que a negociação entre a Prefeitura e o Governo do Estado está caminhando.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho informa que o DER contestou o pedido de desapropriação da Prefeitura, mas autorizou a construção, assim como a Fazenda do Estado.

Marcos Doria coloca que se trata de uma intervenção magnífica, transformou-se completamente uma favela em conjunto de qualidade e seria uma injustiça não conceder os títulos aos proprietários.

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho esclarece que estão sendo tomadas as providências junto ao Conselho do Patrimônio do Estado de São Paulo para solucionar a questão.

Gerônimo José Henrique acrescenta que o terreno do Jardim Edite pertence a Fazenda do Estado. O que falta acontecer é apenas a regularização fundiária. A prestação das unidades só poderá ser cobrada pela Prefeitura depois que ocorrer a regularização fundiária. Essa área tem de ser transferida para o Município. Informa que já se reuniu com novo Secretário da Habitação e que foi informado que estão sendo tomadas as providências para que a regularização ocorra o mais depressa possível.

Rosa Maria Miraldo solicita ao Eng. Luiz Fernando Fachini que informe acerca da ação judicial movida pelos Moradores do Jardim Edite.

Luiz Fernando Facchini informa que diante das exigências da Associação de Moradores foi firmado acordo. Esclarece que no decorrer da obra algumas mudanças foram feitas no projeto para otimizar os recursos. O Juiz encarregado do caso entendeu que houve prejuízo ao projeto, pois no projeto inicial havia intervenções previstas em três quadras e a execução das obras concentrou-se em apenas duas quadras. No entanto, não houve prejuízo no programa, que foi por fim equacionado no projeto final.

Rosa Maria Miraldo prosseguiu a apresentação das intervenções em HIS para os demais empreendimentos em fase de execução. Informou que no conjunto da Rua Corruínas serão entregues 244 unidades em maio de 2013.

Cibele Sampaio pergunta se algum dos terrenos desse conjunto também pertence ao DER?

Rosa Maria Miraldo responde que não há terrenos do DER nesse conjunto. Prossegue informando que o conjunto da Rua Gutemberg terá 19 unidades que serão entregues em abril de 2013.

Eduardo Della Manna pergunta se já se estimou o valor da taxa condominial?

Luiz Fernando Facchini esclarece que o valor está sendo negociado com os condôminos e que certamente nos edifícios com elevador a taxa será mais alta.

Gerônimo José Henrique informa que no Conjunto do Jardim Edite a taxa condominial será de R\$110,00 por unidade.

Jose Williams Diniz questiona como fica a situação do morador que não pode arcar com essa despesa condominial.

Luiz Fernando Facchini esclarece que preliminarmente foi levantada a situação socioeconômica de todas as famílias no Jardim Edite e que todas têm capacidade de contribuir. Se por ventura, houvesse alguma família que não tivesse condição de arcar com as despesas de condomínio seria direcionada para outros programas de atendimento habitacional da SEHAB.

João da Virgens da Silva esclarece que esse assunto vem sendo debatido junto ao Fórum de Lideranças, desde 2009. Destaca que é muito importante para a comunidade exercer o direito a moradia digna. Expõe que está ocorrendo uma desapropriação na favela Vietnã. As pessoas que estão sendo removidas estão recebendo aluguel social no valor de R\$300,00 e não de R\$500,00 conforme praticado nas situações similares de remoção dentro da operação urbana.

Rosa Maria Miraldo explica que na reunião anterior, o representante de SEHAB, esclareceu que o valor do auxílio aluguel é uma questão interna de SEHAB que depende de deliberação do Conselho Municipal de Habitação. o Grupo Gestor da Operação Urbana Água Espraiada não pode deliberar sobre esse assunto. Podemos, entretanto encaminhar o questionamento a SEHAB. Acrescentou que a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada tem um programa de obras e que apenas a população moradora de favelas atingidas por essas obras pode ser beneficiada com recursos provenientes de CEPACs.

Tereza Herling sugere encaminhar essa demanda A Sueli de HABI que terá melhores condições de responder ao questionamento. Reafirma que esse assunto não pode ser deliberado pelo Grupo Gestor.

Luiz Fernando Facchini reitera que o valor do aluguel social é definido pelo Conselho Municipal de Habitação e que esse assunto deve ser encaminhado para a pauta de discussão desse conselho.

João das Virgens da Silva questiona se somente tem direito a receber R\$500,00 de auxílio aluguel as famílias que estão sendo atingidas diretamente por obras da Operação Urbana. Destaca que as famílias mencionadas já foram cadastradas.

Rosa Maria Miraldo esclarece que o Programa de Atendimento a População favelada da Prefeitura é diferente do Programa de reassentamento da população em face das intervenções realizadas por SPObras, no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. A remoção e o reassentamento estão relacionadas à abertura de frentes de obras como, por exemplo, a abertura da via parque. Se a Prefeitura remove por situação de risco ou outra contingência, o aluguel social vem de outras fontes de recursos que não os CEPACs. Sugere encaminhar por escrito para que o Grupo Gestor possa enviar à SEHAB e possivelmente na próxima reunião trazer alguma sugestão de encaminhamento.

Gerônimo José Henrique coloca que a população atingida por obras da Operação Urbana tem direito de utilizar os recursos de CEPACs para remoção e aluguel social. Destaca que situações de emergência do Município são diferentes. Cita diversos exemplos em que a Prefeitura removeu população por risco e que essa população retornou ao mesmo local posteriormente.

Rosa Maria Miraldo informa que a favela Buraco Quente não será removida com recursos da Operação urbana Água Espraiada, pois não há obras da Operação Urbana ali. A favela está sendo atingida pela obra da linha 17 do Metrô, portanto o atendimento habitacional deverá ser providenciado pelo Estado de São Paulo, neste caso através do CDHU.

Gerônimo José Henriques pergunta se a população que não for atingida diretamente pelas obras da Operação Urbana, mesmo estando dentro do perímetro continuará morando na favela?

Thiago Soares Barbizan informa que a Secretaria da Habitação tem projeto de atendimento habitacional para as 48 favelas que não serão atingidas por obras da Operação Urbana

Consortiada Água Espraiada, mas que a implantação dos programas acontecerá de acordo com as prioridades definidas pela Administração.

Rosa Maria Miraldo prossegue informando que já foram ajuizadas ações de desapropriação para 47 áreas inicialmente decretadas: 17 já possuem imissão na posse e em 4 áreas as obras já foram iniciadas: área 3, área 12, área 32 e área 42. Quanto às demais intervenções previstas no âmbito da OUC Água Espraiada, os projetos e obras estão na mesa do Prefeito para avaliação, conforme foi dito pelo diretor de Desenvolvimento e Intervenções Urbanas da SP Urbanismo, Gustavo Partezani. Todas as demais questões viárias estão também na mesa dos Secretários Municipais para definição dos futuros os andamentos.

Robin Hlavnicka questiona se existe alguma previsão de saldo financeiro, quando e onde poderá ser utilizado.

Rosa Maria Miraldo esclarece que houve sinalização de prosseguimento quanto às obras de HIS, mas que os demais projetos estão na mesa do Prefeito para definição sobre o prosseguimento.

Robin Hlavnicka pergunta qual é a ordem de prioridade estabelecida para as vias locais do setor Brooklin.

Rosa Maria Miraldo esclarece que na quinta distribuição foram incluídas todas as obras, sem indicação naquele instrumento de ordem de prioridade.

Fabio Teizo Belo da Silva acrescenta que a prioridade será definida pelo Grupo de Gestão.

Jose Orlando Gladini solicita esclarecimentos sobre a 13ª reunião Ordinária do Grupo Gestor, uma vez que, segundo sua visão, não houve aprovação das obras dos túneis.

Rosa Maria Miraldo esclarece que na 13ª reunião foram elencadas para apresentação ao Grupo Gestor as obras onde deveriam ser aportados recursos oriundos da venda de CEPAC a partir daquele momento – 4ª Distribuição. Acrescentou que na quinta distribuição foram colocadas todas as obras previstas ainda não executadas e/ou contempladas na 4ª Distribuição (anterior). No suplemento estão descritas essas obras. Na 23ª reunião já se considerava a possibilidade de haver déficit, e o prospecto da 5ª Distribuição já previa a possibilidade de utilização de recursos do tesouro para conclusão de todas as intervenções previstas. Coloca que é verdade que o Município tem condições restritas de aportar recursos fora do orçamento, mas esclarece que essa questão foi apresentada ao Secretário Desenvolvimento Urbano que está reavaliando as obras já iniciadas, e as demais em fase de projeto e licitação.

Robin Hlavnicka questiona se existe recurso para execução do projeto das vias locais do setor Brooklin, posto que a intervenção foi prevista na quinta distribuição. Pergunta ainda se há previsão de colocação de mais CEPACs. Questiona que havendo déficit, certamente alguma obra não será executada.

Rosa Maria Miraldo esclarece que, em não havendo recursos de origem do CEPAC, o aporte de recursos do Tesouro será necessário.

Robin Hlavnicka pergunta se para utilização dos recursos do Tesouro não será necessária a aprovação da Câmara Municipal.

Tereza Herling esclarece que faltarão R\$2 bilhões para concluir as obras e que a Prefeitura não dispõe desse recurso. Terá de encontrar uma solução. A solução certamente não vai se concretizar neste ano e nem no próximo. Na próxima reunião serão apresentados os investimentos prioritários e intervenções necessárias em HIS. Coloca que o Brooklin, tem que ser preparado para as questões de adensamento e de trânsito e que não será possível executar os túneis do Jabaquara antes das vias locais. Como vamos fazer isso, ainda não sabemos. Daqui um mês o Secretário de Finanças e o Prefeito deverão posicionar-se a respeito. Nossa opinião é que as HIS, e as obras da Chucri Zaidan devem ser executadas antes do túnel e das vias locais.

Robin Hlavinicka Questiona se já existe algum cronograma para execução dos projetos.

Rosa Maria Miraldo responde que os projetos contratados seguem em andamento.

Tereza Herling informa que há projetos em andamento e obras também. Nada foi concluído, ainda não há prioridade estabelecida pela Administração.

Robin Hlavinicka informa que a SABRON não é contra a construção de HIS. Habitação popular é um problema social que precisa ser solucionado, mas há também a história dos bairros a ser preservada, as necessidades dos demais bairros que também precisa ser contemplada. O sistema viário e de transportes da região da Av. Jornalista Roberto Marinho já é bastante complexa e tende a piorar com a implantação das linhas de Metrô e Monotrilho. Não se pode deixar de considerar que há pessoas que gostam de andar de carro e não vão migrar para outro tipo de transporte.

José Orlando Gledini coloca que faltam R\$ 3 bilhões para concluir as obras previstas pela Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. O túnel que foi inventado em 2010, corresponde ao valor que falta. Segundo seu entendimento, executar a obra do túnel é o mesmo que queimar dinheiro. Informa que Governo do Estado licitou um túnel de 12 km por R\$ 2 bilhões, já o túnel de 2350m foi orçado em cerca de R\$3 milhões de reais. No Rodoanel 8 km de pista tripla custaram R\$4 milhões, portanto um túnel de 2350m não pode custar R\$3 bilhões. Informa que não é contra a implantação da via parque e nem contra a construção das HIS, porém a via parque prevista no ano de 2001 era muito mais estreita do que a proposta em 2010.

Robin Hlavinicka questiona qual o motivo da alteração do túnel de 400m para 2350m. Pergunta se não foi considerado o orçamento inicial. Informa que já foram implantados ou estão em execução cerca de 50 edifícios só no setor Brooklin

Rosa Maria Miraldo coloca que o Grupo Gestor não autorizou a revisão dos estoques, portanto agora não é mais possível voltar a atrás, dessa forma a atual Administração deverá decidir quais intervenções são prioritárias.

Robin Hlavinicka coloca que se trata portanto de uma decisão técnica e política. R\$2 bilhões é muito dinheiro, sem considerar as desapropriações. Questiona então qual é a prioridade já que não há recursos para concluir todas as obras. Coloca que se o recurso existente não é suficiente para fazer o túnel de 2350, então que se execute o túnel de 400 m.

José Orlando Gladini coloca que a prestação de contas que era publicada regularmente foi retirada do site. Não são mais disponibilizadas informações sobre os contratos. Informa que houve um contrato de R\$ 35 milhões para o túnel e outro de R\$ 23 milhões para o parque, que foram aditados em 99,98% e até o presente momento ninguém viu o projeto.

Rosa Maria Miraldo sugere ao Sr. José Orlando busque um canal de representação junto ao Grupo Gestor constituído para representar suas reivindicações, uma vez que a associação à qual ele pertence não integra esse grupo.

Tereza Herling propõe que a apresentação seja concluída sem interrupção para depois ser realizada uma rodada de considerações breves e objetivas sobre os temas tratados.

Rosa Maria Miraldo prossegue na apresentação informando que a licitação para contratação da execução do Parque Chuvisco está aguardando a escoamento do prazo recursal para a homologação.

José Orlando Gladini coloca que o papel do Grupo Gestor é fiscalizar e direcionar a operação urbana e que isso não foi feito nos últimos anos.

Robin Hlavnicka Coloca que a operação foi criada com o objetivo de implantar obras públicas sem gastar dinheiro do tesouro. Coloca que se foi mal dimensionada, se houve mudanças indevidas nos planos não se pode pensar isoladamente. Resumindo a operação urbana não é um mero projeto viário é um projeto urbanístico. Informa que os bairros lindeiros estão sendo privilegiados com a linha Lilás e o Monotrilho, o que aumenta significativamente a possibilidade de locomoção. Isso pode ser inclusive uma forma de intensificar a demanda, porém é necessário fazer com que as coisas caminhem com mais transparência. O Administrador Público precisa deixar de ter medo da sociedade civil. Decisões como fazer ou não fazer viaduto, túneis e outras obras deve ser amplamente discutido com a população antes da implantação. É preciso chamar as pessoas para discutir. Se cada comunidade apresentar suas demandas o processo se tornará mais transparente.

Cibele Sampaio coloca que na última ata de reunião foi mencionado que já havia recursos para execução das vias locais do setor Brooklin. Coloca que há mais de 10 anos essas vias deveriam ser sido construídas, antes das outras obras. Coloca que os bairros de Brooklin, Campo Belo e Vila Cordeiro foram atingidos diretamente pelos empreendimentos e até o presente momento não receberam qualquer compensação. Salaria que vem pedindo há 10 anos a implantação das vias locais e caso elas não sejam implantadas será um enorme desapontamento para todos.

Elia Albuquerque Rocha coloca que a CET é geralmente muito bombardeada pela não execução das vias locais do setor Brooklin e pela implantação do túnel em prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho, porém o projeto da avenida como um todo é de SP Obras com subsídios oferecidos por SP Urbanismo. Salaria que todo o conjunto de intervenções tem que ser olhado com mais cuidado, pois a taxa de ocupação de veículos na região é das mais altas da cidade e os indícios de que essa população venha a utilizar transporte público é remota. Esse debate precisa ser realizado agora.

Marcos Dória coloca que há um aparente paradoxo na gestão da operação urbana. Por um lado o mercado imobiliário, muito ativo gerando muitos recursos e por outra a atuação da Prefeitura que não executou nenhuma obra nesses oito últimos anos. Com exceção das HIS que estão sendo muito bem feitas, nenhuma outra obra foi realizada. Quando mais se vende CEPACs, menos o Poder Público investe em infraestrutura.

Gerônimo José Henrique

Informa que ainda há 10.000 famílias para serem assentadas na região.

Tereza Herling Informa que todos os projetos da Operação Urbana estão sendo estudados quanto a sua viabilidade. Entende que a implantação das obras é decisão técnica e política. Os interesses da comunidade certas vezes são convergentes com os interesses da cidade, outras vezes não. Informa também que deseja ouvir os representantes, pois toda contribuição é sempre bem vinda. Sugere que as associações encaminhem um resumo contendo prioridades das suas respectivas áreas de atuação na próxima reunião. Encaminhem as solicitações para seja possível realizar uma leitura técnica das questões a solucionar. O governo vai tomar sua decisão com base no interesse geral, dentro do que considera prioridades para a cidade, ouvindo a SABROVE, SABRON e demais associações. Coloca, por último que apresentar as contas não é apenas uma liberalidade da administração, é também uma obrigação prevista em lei. A apresentação da prestação de contas no site será restaurada o mais breve possível.

A reunião foi encerrada as 17:35 hs.